



Município de Leiria
Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2023/09/05

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | GABINETE DE APOIO PRESIDENCIA

Epígrafe | Informação económica e financeira 1.º semestre 2023 – SMAS Leiria

Proposta | Presente a informação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2023, dos SMAS de Leiria, prestada pelo auditor externo, que constitui o Anexo (600/23) à presente deliberação e dela passa a fazer parte integrante.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Neste sentido, remete-se, para conhecimento e apreciação, informação sobre a situação económica e financeira dos SMAS de Leiria, reportada a 30 de junho de 2023.

Deliberação | A Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, tomou conhecimento da informação económica e financeira dos SMAS de Leiria, referente ao 1.º semestre de 2023, prestada pelo auditor externo, e **deliberou por unanimidade** remeter a referida informação à Assembleia Municipal para conhecimento e apreciação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE LEIRIA
Apresentado ao Conselho de Administração em
reunião de 22-8-2023
----- Extrato da ATA Nº 16 -----

36. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1.º SEMESTRE DE 2023 - E 25766

Presente a informação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2023, dos SMAS de Leiria, prestada pelo auditor externo, em anexo à presente deliberação.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, compete ao auditor externo remeter a informação sobre a situação económica e financeira dos SMAS de Leiria, reportada a 30 de junho de 2023, ao Órgão Executivo Municipal para conhecimento e posteriormente remetido à Assembleia Municipal.

O Conselho de Administração **tomou conhecimento** da informação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2023, prestada pelo auditor externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e deliberou por unanimidade, remeter a referida informação à Câmara Municipal de Leiria para submissão à Assembleia Municipal de Leiria, para conhecimento.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MAN SO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Exm^{os}. Senhores

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 1.º SEMESTRE DE 2023 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao primeiro semestre de 2023 dos **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA (SMAS)**.

Como os *SMAS* não estão obrigados a elaborar e a apresentar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), os trabalhos realizados tiveram como suporte o Balancete Analítico Acumulado a 30 junho, assim como os mapas de execução orçamental por ele preparados.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade dos *SMAS*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

1 de 14

ÂMBITO

Os procedimentos executados, não constituem uma auditoria nem um exame simplificado feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ou Normas Internacionais de Exame Simplificado, e conseqüentemente, não será expressa uma opinião com segurança aceitável ou moderada.

Ainda assim, os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira e análise de rácios – análise de contas de balanço e de resultados);
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
 - Despesa
 - Receita
 - Equilíbrio orçamental
 - Indicadores orçamentais
- C. Nível de endividamento;
- D. Sistema de Controlo Interno
- E. Contabilidade de gestão
- F. Acompanhamento das situações evidenciadas na certificação legal das contas de 2022; e
- G. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.

Em conseqüência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS**

Gastos e Rendimentos	30 de junho 2023		30 de junho 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Transferências e subsídios concedidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e matérias. consumidas	2 071 243	21,15%	2 009 494	20,67%	61 749	3,07%
Fornecimento e serviços externos	3 339 026	34,09%	3 199 441	32,91%	139 586	4,36%
Gastos com pessoal	2 035 475	20,78%	1 847 332	19,00%	188 143	10,18%
Gastos de depreciação e de amortização	2 180 559	22,26%	2 314 809	23,81%	-134 250	-5,80%
Perdas por imparidade	0	0,00%	159 344	1,64%	-159 344	-100,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Provisões do período	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros gastos	157 604	1,61%	175 351	1,80%	-17 747	-10,12%
Gastos por juros e outros encargos	10 732	0,11%	15 063	0,15%	-4 331	-28,75%
TOTAL	9 794 639	100,00%	9 720 833	100,00%	73 806	0,76%
Rendimentos						
Impostos, contribuições e taxas	58 711	0,56%	56 599	0,55%	2 112	3,73%
Vendas	4 701 564	44,51%	4 586 824	44,45%	114 741	2,50%
Prestações de serviços e concessões	4 301 349	40,72%	4 199 255	40,70%	102 094	2,43%
Variações nos inventários da produção	46 105	0,44%	533	0,01%	45 572	8551,69%
Trabalhos para a própria entidade	94 322	0,89%	85 200	0,83%	9 122	10,71%
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reversões	41 159	0,39%	604	0,01%	40 555	6718,07%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros rendimentos	1 319 965	12,50%	1 389 287	13,46%	-69 322	-4,99%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
TOTAL	10 563 175	100,00%	10 318 301	100,00%	244 874	2,37%

Os gastos e rendimentos acima referidos devem ser analisados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam de um processo integral de fecho de contas intercalares, como já referido na Introdução desta informação. De referir que o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do Balancete que serviu de base a este trabalho, pelo que a análise dos gastos e rendimentos registados no primeiro semestre deve ter esse facto em conta.

A.1.1. Fornecimentos e serviços externos

Esta conta apresentou um aumento de 4,36% face ao período homólogo. As subcontas que mais impacto apresentam na variação desta rubrica, face a 2022 são as subcontas *Serviços de fornecimento de água, Limpeza, higiene e confronto* e *Outros serviços*.

A subconta mais significativa é a *Serviços de fornecimento de água*, que representa 56,36% do total da conta.

A.1.2. Gastos com pessoal

O aumento registado nesta rubrica está relacionado com o aumento dos vencimentos e subsídio de almoço dos colaboradores.

A.1.3. Perdas por imparidade

A redução desta rubrica está relacionada com a implementação das políticas de cobrança pelo Departamento Comercial.

A.1.4. Vendas

Verificámos que ocorreu um aumento das vendas de cerca de 2,5%, o qual resulta do aumento do número de contratos celebrados.

A.1.5. Prestações de Serviços e concessões

Esta rubrica inclui o tratamento de resíduos pelas *ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.*, e sua variação está diretamente relacionada com o aumento do número de ligações de saneamento à rede pública.

A.2. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

A.2.1. ATIVO

ATIVO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	50 543 767	50 286 837	256 929	0,51%
Ativos intangíveis	51 594	44 884	6 710	14,95%
Outras contas a receber	399 685	395 712	3 973	1,00%
Sub total	50 995 046	50 727 433	267 613	0,53%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	449 035	437 606	11 428	2,61%
Clientes, contribuintes e utentes	2 199 077	2 173 184	25 893	1,19%
Estado e outros entes públicos	-	23 727	(23 727)	-100,00%
Outras contas a receber	52 363	578 965	(526 602)	-90,96%
Diferimentos	35 156	42 001	(6 845)	-16,30%
Caixa e depósitos	9 727 434	8 061 439	1 665 996	20,67%
Sub total	12 463 064	11 316 921	1 146 143	10,13%
TOTAL DO ATIVO	63 458 110	62 044 355	1 413 756	2,28%

A.2.1.1. Ativos fixos tangíveis

A variação deve-se principalmente à faturação de obras em curso executadas durante o primeiro semestre de 2023, nomeadamente Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Lugares Raposeira, Vale Raposeira e Lameiria, Rede Drenagem de Monte Redondo, Rede Distribuição Reservatório de Monte Redondo, Rede Colectoras e Drenagem, Construção conduta elevatória Monte Redondo - Praia do Pedrogão, Fiscalização, coordenação, segurança e acompanhamento ambiental da obra e Reabilitação de Rede água na Maceira.

A.2.1.2. Clientes, contribuintes e utentes

Esta rubrica apresenta uma variação residual.

A.2.1.3. Outras contas a receber

A variação deve-se essencialmente à regularização de acréscimo de proveitos de tarifas variáveis de água e saneamento.

A.2.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
Património / Capital	20 206 545	20 206 545	-	0,00%
Reservas	2 158 360	2 012 806	145 554	7,23%
Resultados transitados	18 647 300	15 901 626	2 745 674	17,27%
Outras variações no Património Líquido	14 402 676	15 591 767	(1 189 091)	-7,63%
Resultado líquido do período	768 536	2 911 076	(2 142 539)	-73,60%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	56 183 417	56 623 820	(440 403)	-0,78%

A.2.2.1. Resultados transitados

O aumento desta rubrica refere-se maioritariamente à transferência de resultados líquidos de 2022, no montante de 2.911.076 euros.

A.2.2.2. Outras variações no Património Líquido

A variação deve-se fundamentalmente à imputação de subsídios e transferências para investimentos para rendimento do período (primeiro semestre de 2023).

A.2.3. PASSIVO

PASSIVO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	604 080	604 080	-	0,00%
Diferimentos	1 336 263	1 341 036	(4 773)	-0,36%
Outras contas a pagar	1 158 101	1 065 374	92 727	8,70%
Sub total	3 098 444	3 010 490	87 954	2,92%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	1 518 468	467 940	1 050 528	224,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	104 370	95 136	9 234	9,71%
Estado e outros entes públicos	222 344	96 757	125 587	129,80%
Fornecedores de Investimento	266 862	2 630	264 232	10045,45%
Outras contas a pagar	2 010 790	1 679 460	331 331	19,73%
Diferimentos	53 415	68 122	(14 707)	-21,59%
Sub total	4 176 249	2 410 045	1 766 204	73,29%
TOTAL DO PASSIVO	7 274 693	5 420 535	1 854 159	34,21%

A.2.3.1. Fornecedores

O aumento está relacionado com as aquisições efetuadas no decurso da atividade normal dos SMAS. Os valores em dívida foram regularizados em julho 2023.

A.2.3.2. Fornecedores de Investimento

O aumento está relacionado com as aquisições de investimento. Os valores em dívida foram regularizados em julho 2023.

A.2.3.3. Outras dívidas a pagar

A variação deve-se essencialmente à receita dos resíduos sólidos urbanos a entregar ao Município de Leiria.

A.3. ANALISE DE RÁCIOS

Indicadores financeiros	30/06/2023	31/12/2022	Varição %
Liquidez geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	2,98	4,70	-36,45%
Autonomia financeira (Património Líquido/Ativo)	89%	91%	-2,99%
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	7,72	10,45	-26,07%

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os rácios da Entidade apresentam uma redução, face a 31 de dezembro de 2022.

B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de junho de 2023, está naturalmente condicionada pelo facto de a previsão orçamental ser efetuada numa perspetiva anual. Assim, a análise da execução orçamental deve ter em conta que nem todas as despesas e receitas são lineares ao longo do ano, havendo algumas que se realizam no todo ou em maior parte num ou noutro semestre do ano.

B.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 8.993.041 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 27,77%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa						
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	%	Compromissos assumidos	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	5 406 695	16,70%	4 641 501	1 931 034	35,72%
D2	Aquisição de bens e serviços	15 361 645	47,44%	14 241 906	4 790 889	31,19%
D3	Juros e outros encargos	1 505	0,00%	478	83	5,50%
D4	Transferências correntes	10	0,00%	0	0	0,00%
D5	Outras despesas correntes	282 010	0,87%	204 242	71 107	25,21%
	Total das Despesas Correntes	21 051 865	65,02%	19 088 127	6 793 113	32,27%
D6	Aquisição de bens de capital	11 281 125	34,84%	7 057 061	2 193 643	19,45%
D7	Transferência e subsídios de capital	5	0,00%	0	0	0,00%
D8	Outras despesas de capital	47 000	0,15%	6 285	6 285	13,37%
D9	Despesa com ativos financeiros	5	0,00%	0	0	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0	0,00%	0	0	0,00%
	Total das Despesas de Capital	11 328 135	34,98%	7 063 346	2 199 928	19,42%
	Total	32 380 000	100,00%	26 151 473	8 993 041	27,77%

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação. A despesa dos SMAS será melhor analisada na ótica de gastos, uma vez que o registo da mesma é independente da capacidade de pagamento.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao primeiro semestre de 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Aquisição de bens e Serviços* (47,44%) e as *Despesas com Pessoal* (16,70%). De referir que a baixa execução das *Despesas com o pessoal* está relacionada com o facto das mesmas terem sido cabimentadas e comprometidas com base em estimativa para o ano de 2023, considerando as novas contratações.
- A rubrica *Aquisições de bens de capital*, apresenta um grau de execução reduzido, situação que decorre da baixa execução física de obras em curso. De acordo com a informação dos Serviços: "*Nas empreitadas a execução está muito pendente da situação climática de Inverno e é normal haver mais execução no Verão.*" De referir ainda que, no primeiro semestre de 2023, as despesas comprometidas totalizavam 26.151.473 euros correspondentes a 80,76% do orçamento de despesa, enquanto no primeiro semestre de 2022 era de 87,46%.

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	21 051 865	19 088 127	1 963 738	10 571 114
Total da Despesa de Capital	11 328 135	7 063 346	4 264 789	4 592 546
Total	32 380 000	26 151 473	6 228 527	15 163 660

*Dotação orçamental não comprometida (diferença entre as Dotações corrigidas e os Compromissos assumidos)

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelos SMAS, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 30 de junho representa cerca de 57,98% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 6.228.527 euros e representa 19,24% do valor total orçamentado.

B.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 16.268.425 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 50,24%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:

Descrição	Previsões corrigidas	%	Receitas Liquidadas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
Receita fiscal	0	0,00%	0	0	0,00%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0,00%	0	0	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	145 935	0,45%	65 362	65 617	44,96%
Rendimentos de propriedade	120	0,00%	1	1	0,50%
Transferências e subsídios correntes	35	0,00%	0	0	0,00%
Venda de bens e serviços	25 253 850	77,99%	9 822 741	9 851 761	39,01%
Outras receitas correntes	131 795	0,41%	806	683	0,52%
Total das Receitas Correntes	25 531 735	78,85%	9 888 910	9 918 062	38,85%
Venda de bens de investimento	25	0,00%	0	0	0,00%
Transferências e subsídios de capital	500 025	1,54%	107 560	104 700	20,94%
Total das Receitas Capital	665 060	2,05%	118 992	167 158	25,13%
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	6 183 205	19,10%	6 183 205	6 183 205	100,00%
Total	32 380 000	100,00%	16 191 107	16 268 425	50,24%

Em termos de execução da receita, verifica-se que foram liquidadas no primeiro semestre de 2023, 16.268.425 euros (18.470.462 euros no primeiro semestre de 2022) correspondentes a 50,24% do orçamento de receita (58,20% no primeiro semestre de 2022).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- as Receitas Correntes registaram um grau de execução de 38,85% (44,67% em 2022), tendo contribuído principalmente para isso a percentagem de execução da receita nas *Vendas de bens e serviços correntes* (39,01%);
- as Receitas de Capital, as quais têm uma natureza extraordinária, registaram, no final do período em análise, um grau de execução de 25,13% (12,19% em 2022).

B.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais os SMAS apresentam um *Superavit* orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Execução
Total das Receitas orçamentais	32 380 000,00	16 268 425,33	50,24%
Total das Despesas orçamentais	32 380 000,00	8 993 040,71	27,77%
Superavit orçamental geral	0,00	7 275 384,62	

Durante o primeiro semestre os SMAS apresentam as seguintes modificações orçamentais:

- Orçamento da despesa: onze alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Orçamento da receita: uma revisão orçamental;
- Plano plurianual de investimentos: onze alterações orçamentais e uma revisão orçamental.

O saldo da gerência anterior foi ainda integrado no Orçamento.

B.4. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	30/06/2023	30/06/2022	Variação %
Grau de Execução Orçamental da receita	50%	58,20%	-13,67%
Grau de Execução Orçamental da despesa	28%	31,09%	-10,68%
Saldo global	1 092 179	157 156	594,97%
Saldo corrente	3 124 949	2 761 219	13,17%
Saldo de capital	-2 044 521	-2 623 863	22,08%
Saldo primário	1 092 262	157 557	593,25%

Da análise ao quadro acima verificamos que o grau de execução orçamental da receita e o grau de execução orçamental da despesa apresentam um agravamento comparativamente ao primeiro semestre de 2022.

Por sua vez, o Saldo Global, Corrente, Capital e Primário apresentam uma melhoria face ao período homologado.

C. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 30 de junho de 2023 os SMAS cumpriam o referido limite.

D. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9º) a existência de um sistema de controlo interno que deve *“englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.”*

Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, pelo que a entidade procedeu à atualização do SCI da Entidade, em conformidade com as disposições em vigor.

O sistema de controlo interno da Entidade deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais.

Decorrente do trabalho efetuado verificámos que o regulamento de controlo interno foi revisto e atualizado por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal de Leiria em 27 de junho de 2023, entrando em vigor no dia 4 de julho de 2023.

Ainda nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, a Entidade adotou e implementou um programa de cumprimento normativo o qual inclui, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

Recomenda-se que seja implementado um processo de monitorização, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade.

E. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos.

Não obstante o facto de a Entidade apresentar algumas divulgações, verificamos que não foram incluídas no relatório de gestão de 2022 as divulgações sugeridas nos pontos 34 e 37 da referida norma.

Nestas circunstâncias, voltamos a recomendar que seja complementado o atual sistema de contabilidade de gestão, conforme preconizado na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

F. ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EVIDENCIADAS NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Tendo como base o trabalho de auditoria realizado às contas do primeiro semestre de 2023 dos SMAS, apresentamos resumidamente as conclusões relativas ao acompanhamento das situações apresentadas na Certificação Legal das Contas referente ao ano de 2022:

Reservas	Situação em 2023
<p><i>Conforme referido na nota 4 do Anexo, a Entidade identificou dois contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade apesar de ter obtido dos Concessionários informação sobre os ativos de concessão, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em posição de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Fomos informados pelos Serviços que têm recebido a informação da AdCL no início de cada ano, e foi submetida a CA uma informação interna com proposta de procedimentos sobre esta matéria.</p>

Entendemos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

H) RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos relacionados com o *interface* entre o software de gestão de clientes e contabilidade;
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente;
- Deve ser implementado um processo de monitorização, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade;
- Deverá ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 – Contabilidade de Gestão.



I) NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do SMAS, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 11 de agosto de 2023

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1056,
Registado na CMVM sob o n° 20160668